

II INTERNATIONAL MEETING OF ISSOW

Work, Professions and Organizations: Tensions, Paths and Public Policies

24-25 November 2016 :: Caparica, Portugal - Faculty of Sciences and Technology (FCT NOVA)

Theme 6): Education and Training

A importância das parcerias entre as escolas e as empresas na educação e formação de adultos e de jovens: Um estudo multicaso

Zulmira de J. C. S. Rodrigues¹

rodrigues.zulmira@gmail.com

*Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa
Unidade de Investigação Educação e Desenvolvimento (UIED)*

Paula C. G. D. Urze

pcu@fct.unl.pt

*Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa-
Departamento de Ciências Sociais Aplicadas*

Mariana T. G. Alves

mga@fct.unl.pt

*Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa
Departamento de Ciências Sociais Aplicadas
Unidade de Investigação Educação e Desenvolvimento (UIED)*

Resumo

A necessidade de uma maior cooperação e diálogo, entre escolas e outros setores da sociedade, como, a comunidade local, as autarquias, as empresas, as famílias, as unidades de saúde, as universidades, entre outras, e, respetivos atores envolvidos, tem vindo a acontecer cada vez mais através de protocolos de cooperação, designados, na maior parte das vezes, por trabalho em parceria. No dizer de autores como Oliveira (2010), Urze e Abreu (2015), entre outros, que sublinham a importância do fator da cooperação entre as instituições, as parcerias proporcionam uma intervenção mais ativa na resolução de problemas (Oliveira, 2010) e facultam à escola a produção de novos saberes (Urze e Abreu, 2016). Na perspetiva de Hiernaux (1997), as parcerias propiciam benefícios aos parceiros, tendo implicação nas tarefas dos atores, face ao processo negocial e objetivos comuns que desenvolvem. Na ordem desses benefícios poderão estar o combate ao insucesso e ao abandono escolar, tal como preconizam Rodrigues & Stoer (1998).

Com o presente artigo, que vem na linha da nossa comunicação apresentada no Congresso Internacional de Sociologia Industrial das Organizações e do Trabalho, pretendemos refletir sobre a relação entre duas escolas e duas empresas, através das perspetivas dos atores, questionando o modo de funcionamento das parcerias no âmbito da formação de adultos e de jovens. Para tal, mobilizámos contributos teóricos e empíricos. Quanto aos primeiros, recorremos à revisão da literatura sobre parcerias. No âmbito dos contributos empíricos, focámo-nos num estudo de caso múltiplo (Stake, 2009), tendo-se analisado duas modalidades de formação, em contexto de parceria. Uma, dedicada a adultos, através do processo de reconhecimento, validação e certificação de competências e, outra, destinada a jovens do ensino secundário, através de um curso profissional. A abordagem qualitativa, das quais destacamos a análise de entrevistas semiestruturadas, administradas aos participantes no estudo, em número de dezoito, permitiu-nos a triangulação de dados proveniente de diferentes fontes de informação, nomeadamente a análise documental e a observação no campo. Os resultados da investigação evidenciaram a existência de coincidências entre os dois casos em estudo, destacando-se as vantagens das parcerias para a escola, para as empresas, para os formandos e alunos, que suplantam eventuais desvantagens. Quanto à existência de não coincidências entre os dois casos, para além da especificidade de cada um, poderão ser percecionados ténues traços de conflito entre duas culturas diferentes (escola e empresa). A investigação aludiu à importância de estudos futuros no âmbito das temáticas desenvolvidas.

Palavras-chave: Parcerias; Formação de adultos; Formação de jovens.

¹ O presente artigo foi desenvolvido como doutoranda em Ciências da Educação – Educação e Formação de Adultos.

Introdução

O presente artigo surge na linha do 2º Encontro Internacional de Sociologia Industrial, Sociologia das Organizações e do Trabalho (EISIOT), tendo nós verificado existirem ligações com temas que desenvolvemos na nossa investigação, razão pela qual encontramos aqui um momento propício à reflexão. Assim, apresentamos, de um modo condensado, o resultado de uma pesquisa elaborada em Ciências da Educação, cujo objetivo primordial foi compreender as perspectivas dos atores sobre a relação escola e empresa em contexto de parceria, no âmbito da formação de adultos e de jovens.

O estabelecimento de protocolos e parcerias constitui, hoje em dia, uma prática de extrema relevância, face às circunstâncias económicas, cada vez mais desafiantes, mas, também, porque o trabalho, na nossa perspectiva, é entendido numa lógica de relação com o outro. Não admira, pois, que a cooperação com entidades públicas, ou, privadas, mais do que uma imposição legal, seja um objectivo estratégico.

O objetivo primordial do presente artigo é o de desenvolver uma reflexão sobre os contornos da relação entre as escolas e as empresas (nosso objeto de estudo), mobilizando dados empíricos referentes a dois contextos territoriais diferentes: por um lado, a zona metropolitana de Lisboa e, por outro, a região de Lisboa e Vale do Tejo.

Numa fase inicial do artigo, procedemos à contextualização e problematização referente à relação escola-comunidade, designadamente as empresas, em contexto de parceria no âmbito da formação de adultos e de jovens. Em continuidade evidenciamos algumas pesquisas que se debruçaram sobre a referida temática. De seguida, apresentamos as sínteses do caso 1 e caso 2, procurando abranger as três categorias encontradas, que resultaram da análise qualitativa, tendo nós utilizado a análise de conteúdo categorial (temática), segundo a técnica clássica de Bardin (2009). Em jeito de conclusão e de reflexão, salientamos algumas características que consideramos relevantes sobre as parcerias e evidenciamos algumas coincidências (ou não) entre os dois casos estudados, pese embora as diferenças de raiz existentes (tipo de formação e de público). Por fim, indicamos algumas pistas para futuras investigações.

Contextualização do estudo e antecedentes do problema

O problema subjacente à investigação que desenvolvemos e, que transpomos para o presente artigo, como laço reflexivo, prendeu-se com a necessidade de compreender como as parcerias, num contexto dominado pelas políticas educativas nacionais, europeias e transnacionais, podem contribuir para que adultos e jovens respondam às exigências impostas pelas empresas, fruto da globalização e das transformações a que esta nos obrigou. No âmbito das primeiras (políticas educacionais), Pires (2010) fala-nos da importância de organismos como a UNESCO e a OCDE e do reflexo que estes tiveram na criação “de oportunidades de aprendizagem ao longo da vida” (p.107). A autora sustenta, igualmente, que estas oportunidades devem de ser alargadas “a todos os tipos de público” (p. 108). Também no âmbito das políticas educacionais, a autora Alves (2010) considera a aprendizagem ao longo da vida (ALV) “como eixo central das políticas educativas” (p.8), interpretando-a como um modificador que mexe com a vida das pessoas, provocando mudanças, não só a nível económico, mas também quanto ao modo como é encarada pelas pessoas a nível particular. Perfilhamos as ideias defendidas pelas autoras Pires (2010) e Alves (2010), essencialmente ao considerarem a relevância das políticas e, consequentemente da ALV, como agentes de mudança da vida das pessoas e respetivas famílias. Na verdade, a aprendizagem ocupa um lugar fundamental na vida das pessoas e pode ocorrer em qualquer espaço e tempo de vida “...conferindo sentidos novos e diversos à educação na vida dos indivíduos” (Alves, 2010, p.21). De facto, os discursos das autoras trazem ao de cima a importância da educação nos modelos de desenvolvimento económico, social e humano, bem como o conhecimento fomentado à volta da aprendizagem ao longo da vida, face à sua centralidade no contexto europeu, nomeadamente nas políticas educativas da contemporaneidade.

Na linha da globalização, autores como Beck, Giddens e Lash (2000), Beck (2010 e 1993), Giddens (2002 e 2000), entre outros, também revelaram as suas ideias ao comentarem as implicações provocadas pela globalização nos vários contextos da sociedade, salientando o da educação, da família e o do mercado de trabalho. No âmbito de transformações que a sociedade atual tem enfrentado sublinhe-se, também, a perspectiva de Castells (2005) ao aludir à importância da sociedade do conhecimento nas economias emergentes. O autor evidencia o seu ponto de vista no que diz respeito a aspetos que se prendem com a informação em rede e com a

economia informacional global, na atualidade. Para Castells (2005), “as redes constituem a nova morfologia das sociedades e a difusão da sua lógica modifica substancialmente as operações e os resultados dos processos de produção, experiência, poder e cultura” (Castells, 2005, p.605). No que diz respeito ao trabalho, Rufino (2010) faz alusão às transformações (do trabalho) ocorridas em finais do século XIX, quando se deu lugar a uma série de questões em redor da “organização industrial e das oficinas” (Rufino, 2010, In: Freire e Pereira de Almeida (Orgs.), 2010). Na ótica do autor, estas alterações levaram à denominada “racionalização” (p. 182) e respetiva ingerência no âmbito da administração das empresas. Saliente-se, no entanto, que é depois de 1943-1945, que a valorização do trabalho, no plano individual e coletivo começa a tomar corpo, passando o trabalhador a apropriar-se da sua energia física utilizando-a de acordo com a variação da sua natureza. Sublinhe-se, no entanto, que o avanço da economia e o aumento da competitividade das empresas exige uma maior valorização dos recursos humanos tanto em termos quantitativos como qualitativos e, esta (valorização) só é conseguida através da formação, como nos refere Kovács (In: Kovács e Castillo, 1998). Na verdade, a educação e a formação ao facultarem um papel importante na vida das pessoas e das instituições, também permitem que o trabalhador se transforme num ser pensante, munido de reflexão e espírito crítico, em suma, que participe e coopere na resolução de problemas e, conseqüentemente, esses princípios (fatores) refletem-se nas respetivas organizações.

Face aos cenários descritos perspetivamos o trabalho/emprego como fazendo parte da vida das pessoas e das instituições, considerando-o como um bem para a comunidade e sociedade em geral. As reflexões sobre o panorama acabado de expor levou-nos a considerar que as parcerias e o trabalho em parceria podem ter um papel preponderante na resolução de problemas ligados à escola, às empresas e aos atores envolvidos no referido processo, pressupostos que tivemos em conta no desenvolvimento da nossa pesquisa. Face ao exposto, a nossa investigação centrou-se em compreender como os atores envolvidos no trabalho em parceria entre as escolas e as empresas, no âmbito da formação, perspetivam o modo como se opera a relação entre ambas (escola e empresa) e respetivos atores, bem como o modo como estes (atores) perspetivam a formação na escola e na empresa. Assim, o presente estudo foi orientado através da seguinte questão de partida:

- Como funcionam as parcerias entre as escolas e as empresas (nosso objeto de estudo) no âmbito da formação de adultos e, ou, jovens?

Com a referida questão de partida, interessou-nos saber como os atores se relacionam em contexto de parceria, quais as funções que ocupam, o que originou a parceria, qual a sua finalidade, como se realiza a colaboração entre escolas e empresas, como se processa a formação (de adultos e de jovens), qual o papel que cada participante tem na relação escola e empresa e na formação, entre outras questões que surgiram ao longo das entrevistas semiestruturadas que administrámos aos participantes no estudo.

O que nos dizem os estudos realizados sobre parcerias

Nestes últimos anos, um dos principais fatores que contribuíram para acelerar a crescente dinâmica de ligação da escola à comunidade, nomeadamente às empresas, prendeu-se com os estágios profissionais e com as relações de trabalho, para além de outras. A ligação da escola à comunidade tem sido perspectivada como uma realidade por vários autores, dos quais salientamos, a título de exemplo, Carneiro (2010), Rodrigues e Stoer (1998), Zay (1996), entre muitos outros. No que diz respeito a Carneiro (2010), o autor evidencia a importância para a escola da relação com as empresas e sublinha “a necessidade de trabalhar mais de perto e em parceria com empregadores” (p.45). Também Zay (1996) defende que o trabalho em parceria, especialmente, com alguém exterior à escola, é uma forma de inovação e de mudança para as instituições, contribuindo igualmente para o crescimento das pessoas. Sublinhemos que Zay (1996) considera as empresas como parceiros essenciais. Para Rodrigues e Stoer (1998) as parcerias² surgem, acima de tudo, como uma exigência da natureza do problema, podendo estar na base do combate ao insucesso e ao abandono escolar. Do cenário acabado de expor, depreendemos que as parcerias têm um papel impulsionador na sociedade atual, face à sua eficácia na resolução de problemas sociais e humanos. Estes atributos são evidenciados também por autores, como Butterfoss & Kegler (2008), Estaço (2001), Findley, Matos, Hicks, Chang and Reich (2014), Vargas-Moniz & Morgado (2010), para além dos já referidos e, entre muitos

² Saliente-se que os autores Rodrigues & Stoer (1998) distinguem parceria de parceria, como duas variantes do parceria. Costa, in: Rodrigues & Stoer, 1998, (prefácio) refere poder existir um problema terminológico ainda por resolver, no entanto salienta que o uso de parceria lhe parece ser mais correto. Costa chama ao parceria “ferramenta estratégica” (xi).

outros, que sublinham a potencialidade que as parcerias têm no envolvimento das organizações e dos atores que com elas coabitam. Nas últimas décadas, a ideia em considerar as parcerias como um benefício é defendida pelos autores Butterfoss & Kegler (2008), nomeadamente quando se referem aos contextos onde as parcerias geralmente atuam. A este propósito, veja-se a importância das parcerias na aplicação a outras áreas do conhecimento, para além das ciências da educação, a sociologia, a antropologia, a psicopedagogia, a economia, entre outras, como a saúde. Os autores Findley, Matos, Hicks, Chang and Reich (2014) salientam a importância dos agentes da saúde no trabalho em parceria com as comunidades, especialmente ao trabalharem na integração de trabalhadores, muitos deles imigrantes, na ajuda a crianças e pais, nomeadamente no âmbito da prevenção e de acesso aos cuidados primários. Igualmente considerando a relevância das parcerias nos contextos onde normalmente se fazem representar, também Epstein (2009 e 2011) argumenta a relevância das mesmas no contexto da família, da escola e da comunidade. Saliente-se que para Epstein (2009) a escola, os alunos e seus familiares devem de ser vistos como um todo e, não separadamente. Deste modo, a autora considera a escola, a comunidade e a família como contextos de educação e de formação, destacando a importância do trabalho em parceria, apelando à criação de boas oportunidades para os alunos, de modo a que todos cooperem no seu desenvolvimento e que partilhem as suas responsabilidades e interesses. Ainda sobre a importância dos contextos e da ligação da escola à comunidade, também Estaço (2000)³ relacionou o aparecimento das parcerias com a necessidade da escola estabelecer contacto com a comunidade local, considerando ser esta uma forma privilegiada de alcançar a coesão social. Na verdade, nos finais dos anos 70 do século passado, com uma maior democratização do sistema educativo, a escola sofreu algumas pressões geradas entre vários setores da sociedade, como, por exemplo, sindicatos, o setor empresarial, entre outros. Quanto a este último, as empresas desde há muito que discutiam o modo como a escola prepara os alunos (formandos) para o mercado do trabalho, pressionando a classe política e apelando a medidas neste âmbito. Esta situação, nem sempre fácil de conciliar, fez com que a escola se sentisse responsável por atos que se prendem com a integração de alunos e formandos e com uma maior coesão social. Emerge assim a ideia de uma maior ligação da escola às empresas e criam-se expectativas de que esta articulação poderá converter-se em benefícios para ambas as partes.

³ Na investigação que desenvolveu sobre “A escola, as parcerias e a mudança”

Refira-se que também no que diz respeito à escola, esta manifesta preocupações em ver os seus alunos e formandos integrados na vida ativa e tenta resolver problemas com que se debate no seu seio, como o do insucesso escolar e do abandono precoce. Deste modo, a escola tenta encontrar sentido nas formas de participação e de cooperação, como, por exemplo, através de programas (de educação e de formação), de projetos de estudo, de parcerias, entre outros, que evidenciem mudanças substantivas. Pese embora os objetivos dos dois universos (escola e empresas) sejam diferentes, tenta-se, com esta ação de proximidade escola-empresa, contribuir para o bem comum das escolas, das empresas e dos seus intervenientes. Esta ligação, em alguns casos, tem sido possível, embora, por vezes, a sua perceção seja ofuscada pelas nomenclaturas que os autores lhes vão atribuindo. Assim, deparamo-nos com terminologias como acordos, contratos, processo negocial, protocolos de cooperação, ações de participação, associações, redes de cooperação, partenariado e parceria. Na nossa ótica, as diferentes nomenclaturas, algumas vezes usadas quase como sinónimo de parceria, poderão prender-se com as diferentes perspetivas dos atores que as utilizam. No presente artigo, à semelhança de Costa, (In: Rodrigues & Stoer, 1998), Hiernaux (1997), Zay (1996), entre outros autores, empregamos o conceito de parceria, por considerarmos reunir uma maior proximidade à nossa problemática e objetivos de estudo. Para além disso, trata-se de compreender como a relação escola e empresa, em contexto de parceria, no âmbito da formação de adultos e de jovens, pode ser benéfica, ou não, para os parceiros envolvidos nas ações de trabalho em parceria. Saliente-se o facto de os estudos sobre parcerias serem bastante variados, conforme o foco das problemáticas, repartindo-se pelos vários tipos de parcerias, que, entretanto vão surgindo.

Assim, por exemplo, para Estaço (2000), as “lógicas de acção que cruzam o sistema educativo” (p.12), são o princípio para o processo de mudança das organizações escolares. Na verdade, a autora, ao longo do seu estudo salienta aspetos que se prendem com a contemporaneidade da escola, com os contextos onde as mesmas se encontram inseridas, com as políticas públicas educativas, com as dinâmicas dos atores educativos, em suma, com aquilo a que apelida de “crise escolar” (p.13). Estaço (2000), ao problematizar a ligação entre a escola e o local, alerta-nos para a sua complexidade, face ao eventual risco de esta (escola) poder vir a ser desintegrada dos níveis macro, meso e micro da ação educativa. Lembremos que para a autora, o nível macro é interpretado como a relação entre o Estado e as escolas. Quanto ao nível meso, a autora alude à

relação entre as escolas e os contextos locais. Por fim, no âmbito do nível micro da ação educativa, a autora expõe o seu ponto de vista, dizendo ter a ver com a ligação entre os professores e os alunos. Perfilhamos algumas das ideias expressas por Estaço, uma vez que, também consideramos não podermos separar os três níveis de análise propostos pela autora, numa abordagem crítica aos processos de parceria. Para além disso, corroboramos com a autora a aposta que coloca na autonomia das escolas e respetiva legitimação, sendo que, pensamos ser importante para os decisores escolares e locais terem um raio de ação que lhes permita tomar as decisões mais ajustadas no momento, sem estarem à espera de decisões superiores.

Os exemplos apresentados mostram a importância das parcerias na contemporaneidade, pese embora a sua notoriedade já se tivesse feito sentir em períodos anteriores da nossa história. No presente artigo, não recuaremos ao século XIX, onde estas apareciam ligadas ao crescimento do comércio (Duarte, 1872), da agricultura e, conseqüentemente, à riqueza e ao desenvolvimento das cidades e dos países, mas debruçar-nos-emos num período mais próximo, ou seja, sobre as últimas décadas do século XX, onde a ponte com a atualidade está mais próxima. Salientemos que nos anos 90 do século XX, com a globalização, o conceito de parceria tinha emergido associado aos campos educativo e produtivo das empresas e seus atores, tendo assumido, já anos antes, um caráter social (Pineau, 1999). Também no que diz respeito ao autor Hiernaux (1997), a parceria é entendida como uma relação entre atores, considerando que um dos princípios primordiais dessa relação é a presença de benefícios comuns, cuja ligação é importante na utilização conjunta de recursos disponibilizados. Para o autor, a parceria, em termos funcionais, tem implicação nas tarefas dos atores, face ao seu cunho de processo negocial e de objetivos comuns. Ou seja, para Hiernaux, os efeitos dos processos de parceria giram à volta da articulação das tarefas e tem como finalidade alcançar os objetivos deliberados pelas partes envolvidas. À semelhança de Hiernaux, também nós entendemos ser de grande relevância a articulação de tarefas (entre os atores), as quais geram modificações nos hábitos de trabalho e, conseqüentemente, com efeito positivo nas transformações das organizações, como o nosso estudo empírico acabou por evidenciar.

Metodologia da investigação

Trata-se de um estudo multicaso Yin (1999), ou, na nomenclatura de Stake (2009), um caso coletivo, uma vez que ambos os autores consideram haver vários casos dentro do estudo de caso. Na presente investigação, dentro do estudo de caso, temos dois casos concretos de parceria que nos possibilitaram a “oportunidade de aprender” (Stake, 2009, p.22). Assim, na nossa perspectiva, ao partirmos de casos diferentes, poderíamos alargar o nosso conhecimento, como acabou por acontecer. Além disso, consideramos que tratar cada caso separadamente se adequava aos casos em estudo, indo ao encontro do que Stake (2009) considera que cada caso é instrumental. A estratégia de pesquisa utilizada foi a qualitativa, com ênfase na descrição e na interpretação. Na recolha de informação tivemos em linha de conta o recurso a diferentes fontes de dados, como a observação e recolha de documentos no âmbito da legislação e, outros fornecidos pelos participantes no estudo. No tratamento da informação utilizámos a análise de conteúdo, ou temática, aplicada às entrevistas semiestruturadas, tendo sido encontradas três (3) categorias de análise: - i) Relação escola-empresa; ii) Formação em contexto de parceria; iii) Competências essenciais.

No presente artigo decidimos que a sinopse de resultados fosse abordada no seu conjunto, ou seja, não tratarmos as categorias em separado. Por um lado, esta decisão prende-se com o restrito número de páginas de que dispomos e, por outro, face aos discursos dos atores, por vezes entrelaçados uns nos outros, o que aumentaria substancialmente o artigo.

Participantes na investigação

As entrevistas aos participantes no estudo decorreram ao longo do ano de 2012 e 2013 e uma em 2014, referente ao caso 2. Excetuam-se das referidas datas, as entrevistas que se reportaram à primeira fase do estudo, de carácter exploratório, que se iniciaram nos últimos meses de 2011, cuja finalidade foi a de encontrar o campo de pesquisa mais adequado à nossa investigação. A escolha dos campos em estudo prendeu-se com vários fatores previamente delineados, face ao nosso objeto de estudo e objetivos de pesquisa. Entre os diferentes fatores, salientamos aqueles que consideramos mais relevantes, como, por exemplo: 1) as escolas selecionadas trabalharem em parceria com empresas no âmbito da formação de adultos e de jovens; 2) Que ambas (escolas e empresas) tivessem um número substancial de parcerias; 3) Que as escolas tivessem o 12º ano,

nomeadamente, o programa da iniciativa novas oportunidade (INO), nas vertentes adultos e jovens, entre outros. Saliente-se que, tanto escolas, como empresas, responderam favoravelmente ao nosso pedido de participação, embora solicitassem anonimato, pelo que, decidimos atribuir-lhes nomes fictícios, conforme o tipo de escola e, ou empresa e respetiva localização. Assim, temos, a parceria referente ao caso 1, a funcionar à data, entre a Escola básica e secundária da zona metropolitana de Lisboa, que denominámos por EBSAL e a Empresa de transportes, também da mesma zona, que designámos por ETAL. A referida parceria acontece no âmbito do processo de reconhecimento, validação e certificação de competências (RVCC) e destina-se a um público adulto.

Quanto à parceria pertencente ao caso 2, a funcionar entre a Escola secundária da região de Lisboa e Vale do Tejo, é designada por ESAVATE e a Empresa de reparação e manutenção industrial, apelidada de REMA, localizada na mesma região. Esta parceria acontece no âmbito de um curso profissional – curso profissional de reparação e manutenção.

As apreciações que evidenciamos no presente artigo, fundamentam-se essencialmente nos dados obtidos através de entrevistas semiestruturadas, administradas aos dezoito (N=18) participantes no estudo, sendo que dez (N=10) dizem respeito ao caso 1 e oito (N=8) ao caso 2. Por uma questão de simplificação, os participantes foram distribuídos em três grupos: - 1) Formandos/Alunos; 2) Responsáveis pela formação na escola; 3) Responsáveis pela formação na empresa. A escolha dos participantes teve em conta os vários níveis hierárquicos e a sua experiência nos cargos que ocupavam à data, quer na escola, quer na empresa. Quanto à escolha dos formandos, foi aleatória, tendo estes (formandos) surgido em ambiente de apresentação dos seus *portfolios*, em júris referentes às provas finais de processo de reconhecimento, validação e certificação de competências (RVCC). As considerações que transmitimos de seguida, em jeito de sinopse, resultam da análise que fizemos aos discursos dos atores, quer através das três categorias de análise (já referidas), quer em resposta à questão de partida⁴.

⁴ (Adaptado pela autora da apresentação da comunicação no 2º Encontro EISIOT, que teve lugar na Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa).

Sinopse de resultados: Caso 1

A parceria referente ao caso 1 funciona bastante bem, na perspectiva de todos os participantes no estudo. Para os responsáveis pela empresa⁵ o bom funcionamento deve-se, essencialmente, há existência de um grande grau de confiança por parte da empresa na instituição parceira, e, conseqüentemente, no CNO instalado na EBSAL. Para os referidos responsáveis, esta confiança é transmitida através dos atores da escola, face à exigência e eficiência das suas práticas pedagógicas, sendo que, entendem, as mesmas têm como finalidade alcançar os objetivos deliberados pelas partes envolvidas. Também a avaliadora externa, mediadora do processo RVCC, confirma o bom funcionamento do centro, como podemos verificar pelas suas palavras: - “É um centro que funciona. Enquanto centro novas oportunidades funciona muito bem no reconhecimento de competências”. Ao comentar os profissionais (formadores), a avaliadora externa (AE) menciona a exigência dos mesmos, indo ao encontro do que é evidenciado quer pelos responsáveis pela formação na empresa, quer pelos formandos, e, acrescenta: - “... daí que muitas vezes se ouça, em algumas sessões de júri, os candidatos dizerem que tiveram muito trabalho, que este é um processo muito rigoroso e que quando vieram para o processo não tinham essa ideia” (AE). De sublinhar que através dos discursos dos três formandos ficamos a saber que todos tinham conhecimento de outros CNO, fosse por informações recolhidas de familiares, ou amigos, fosse pela própria experiência vivida em momentos anteriores⁶, experiências que os conduziu à ideia da exigência daquele CNO em relação a outros. Ainda no âmbito da análise efetuada sobre a relação escola-empresa, verificamos como esta (a empresa) valoriza a progressão no trabalho dos seus trabalhadores, bem como o seu desenvolvimento pessoal, relacionando-o com o desempenho profissional e, conseqüentemente, na ligação à progressão no trabalho. Na verdade, há uma estrita relação entre o aumento da qualificação escolar e o desenvolvimento pessoal e o desempenho profissional- fatores de importância na progressão no trabalho, como evidencia o responsável pelos recursos humanos: - “... quem quiser ter uma ambição de chegar a um quadro de chefia tem, obrigatoriamente, tem de ter o 12º ano”. Para além deste discurso, que entendemos como de motivação e de incentivo aos formandos levando-os a aumentar a sua formação (qualificação), também podemos depreender, a importância que é

⁵ 1 Responsável pela secção de seleção e recrutamento dos recursos humanos (RH) e 1 Responsável pela formação e também formador da empresa ETAL.

⁶ Dois em três formandos (2/3) disseram ter frequentado outros CNO, mas terem desistido por incompatibilidade de horários.

dada à experiência que o trabalhador vai adquirindo ao longo do seu percurso, uma vez que, também é feita referência a um melhor desempenho profissional. Verificamos que os três grupos analisados apresentam analogias na forma como perspetivam a relação escola-empresa e a formação, essencialmente quando se trata do aumento da qualificação escolar, entendendo-a como um impulsionador do desenvolvimento pessoal e profissional, ingredientes que podem contribuir para uma melhor progressão no trabalho, como os nossos resultados evidenciaram. Sublinhe-se que a empresa executa um grande papel na promoção da aprendizagem ao longo da vida, não só facilitando horários flexíveis que permitam aos trabalhadores frequentar ações de formação dentro da empresa, ou cursos no seu exterior, como no caso da presente parceria. Saliente-se, também, o entendimento que inferimos das falas dos respetivos responsáveis, em afirmarem que a aposta no processo RVCC mudou a vida dos trabalhadores e da empresa, facto que também foi salientado pelos três formandos, considerando ambos os grupos⁷ que o processo RVCC teve um grande impacto nas suas vidas, como projeto futuro e de grande relevância para as suas vidas quotidianas. Na verdade, para os representantes da empresa a importância da relação escola-comunidade pode ser entendida como uma forma de participação num bem à comunidade, face à cooperação nas ações dessa mesma comunidade. As ideias aqui preconizadas parecem conciliar-se com as sustentadas por Marques (2007) ao considerar que “as parcerias educativas traduzem novas visões e posturas da comunidade educativa” (Vol. I., p.4). Na verdade, as parcerias ao facultarem uma maior abertura da escola à comunidade local, nomeadamente as empresas, criam laços entre os diversos atores sociais. Por sua vez, esse abrir portas ao exterior, permite uma maior visibilidade da comunidade escolar e local, conduzindo a uma melhor compreensão dos problemas da escola e, por conseguinte, a uma atitude de solidariedade para com esta. Não admira pois, que os representantes da empresa vejam nesta ligação um benefício para a empresa e para a comunidade local e salientem, o aspeto social que esta desempenha. Como acrescenta Marques (2007), “trata-se de uma aprendizagem promotora de participação e de integração que suscita alterações nos padrões de cidadania e de desenvolvimento” (p.4).

Saliente-se ainda que, apesar do aumento da qualificação escolar ser uma ideia transversal aos três grupos de participantes, os responsáveis pela formação na escola são os que dão uma maior relevância. Este facto poderá ser explicado pela ausência de qualificação mínima, à exigida por

⁷ Responsáveis pela formação na empresa e formandos.

lei (12º ano completo) pelos recursos humanos da própria escola, e, também, pelos (recursos humanos) da empresa. A técnica de diagnóstico (TD) e o responsável pelo CNO da escola EBSAL consideram serem essenciais as campanhas de sensibilização e de promoção que executam. Vejamos a seguinte fala: - “Temos a preocupação e, é importante, que em todas as entidades haja uma sensibilização a todos os trabalhadores [...] de obterem uma melhor qualificação e, depois, há o processo todo de quem estiver realmente interessado, inicia o processo” (TD). Quanto aos Formandos, verifica-se que a progressão no trabalho é o que mais valorizam na relação escola-empresa, sendo este o principal motivo para o aumento da qualificação escolar, fator que explica o modo como valorizam o reconhecimento de competências através do processo RVCC. Os três formandos, através dos seus testemunhos manifestam satisfação em ter concluído o processo RVCC “...Trabalho na empresa ETAL, atualmente sou controlador de tráfego e com esta porta aberta, posso candidatar-me a inspetor” (F3). Também outro formando relaciona a formação com o trabalho que desempenha no dia-a-dia, considerando: - “só vem trazer valia ao trabalho diário que desempenho” (F1). Ainda no âmbito do processo RVCC, outro formando refere-se à oportunidade que este (processo RVCC) lhe abriu, não só na empresa onde trabalha, mas também em outros projetos: - “...tentar abraçar projetos futuros dentro das ações de formação em que o 12º ano seja exigido” (Formando 2).

Para além das características referidas, os formandos revelam também serem aprendentes responsáveis, uma vez que se sentem conscientes da importância da sua própria formação no modo de melhorar o seu desempenho profissional, o que, na sua perspetiva, é um componente fundamental para a evolução no trabalho. No excerto seguinte, está bem patente a característica de aprendente responsável, como se pode ver: - “Quanto ao trabalho que executo, para já fico a executá-lo com o mesmo profissionalismo que executava antes, não muda nada, agora no futuro eu pretendo progredir [...], tudo o que houver de promoções, eu quero abraçar” (Formando 2). Saliente-se que, em todas as entrevistas os formandos declaram existir uma boa relação entre aprendente e ensinante, a que Beauclair (2006) chama de par dialógico, criando-se assim uma cooperação (colaboração) entre ambos, o que, segundo o autor, facilita o processo de aprendizagem. Refira-se, também, a importância que os formandos atribuem à mobilização de conhecimentos, justificando esta atitude com a sua preocupação em compreender a realidade do dia-a-dia e em aplicar adequadamente outras linguagens, de diferentes áreas do saber, para se

expressarem. De facto, o processo RVCC proporciona aos adultos formandos uma mudança substancial nas formas de aprendizagem e de como as articular entre si. Assim, o modo de como organizar informação, pesquisar, adotar estratégias que se adaptem à resolução de problemas e tomada de decisões, entre outros aspetos, são atributos que os formandos foram despertados através do processo RVCC e que entendem como muito vantajosos para a compreensão da sua realidade do dia-a-dia, como alguns discursos trouxeram ao de cima. Na verdade, as opiniões dos formandos parecem encaminhar-se no que Castells (2002) argumenta estarmos perante uma nova forma de organização social, isto porque vivemos numa sociedade em rede, que privilegia a autoformação, a autonomia, a criatividade, entre outras competências essenciais à contemporaneidade.

O estudo ainda revelou que tanto os responsáveis pela formação na escola como os da empresa dão especial relevância à aquisição de competências, principalmente a empresa, que sublinha a importância na sua aquisição, nomeadamente quando aplicada ao trabalho que os trabalhadores executam. Como exemplo, estes representantes mencionaram a importância que atribuem à capacidade de comunicação e ao conhecimento de línguas estrangeiras. Na verdade, face aos públicos diversificados que os trabalhadores da empresa têm de lidar diariamente, quer de origem interna, quer externa, justifica-se uma tal preocupação, especialmente porque se trata de uma empresa de transportes. Sublinhe-se que estes trabalhadores lidam diariamente com situações, por vezes, conflituosas e que exigem a sua resolução imediata, seja com turistas, essencialmente ingleses, seja com aqueles que diariamente têm que lidar com inquietações referentes ao trânsito na cidade. Quanto aos responsáveis pela formação na escola, para além de perspetivarem a importância da aquisição de competências, o seu foco alarga-se ao reconhecimento, por, entenderem que os trabalhadores formandos já possuem competências e apenas necessitam do seu reconhecimento. No entanto, a avaliadora externa faz saber, que nem sempre os candidatos têm consciência de que já possuem essas competências, uma vez que já faz parte do seu quotidiano. “[...] Acham que não veem aquilo como competência, porque é aquilo que já fazem no dia-a-dia. A nível social, muitos deles são interventivos na sociedade e não veem aquilo como sendo uma competência” (AV).

Sinopse de resultados: Caso 2

Os resultados do caso 2 surgem no âmbito da parceria estabelecida entre a Escola 2: ESAVATE e a Empresa REMA, começando nós por fazer algumas referências ao seu funcionamento. No entendimento dos responsáveis pela formação na escola, bem como dos responsáveis pela formação na empresa, a parceria opera bastante bem, devendo-se este facto, para além de outros, aos objetivos que cada uma das instituições parceiras pretende atingir. Assim, para a empresa e seus responsáveis o objectivo é – estabelecer uma maior ligação à escola para “termos alunos que possam satisfazer as necessidades específicas do nosso curso de manutenção” (responsável pela área de recursos humanos e pela formação da empresa REMA). Para a escola e seus responsáveis a base deste acordo centra-se na especificidade do curso, sendo que, entendem que “No caso desta parceria com a REMA, é diferente das outras, porque este curso foi criado devido à sua especificidade” (director da escola). Nas palavras dos dois intervenientes anteriores, perspetivamos a existência de motivos comuns que resultem numa relação profícua, que parece reunir os ingredientes necessários, uma vez que ambas as partes consideram trazer vantagens para os parceiros. De salientar, que um objetivo comum aos parceiros (escola e empresa), bem como aos atores envolventes (os alunos do curso de manutenção), é o aumento da sua empregabilidade, como foi evidenciado por todos os participantes, embora com uma maior incidência por parte dos responsáveis pela formação da escola. Na verdade, os discursos destes responsáveis reforçam a ideia que a escola tem de “dar resposta às empresas da região” (director). Sublinhe-se, no entanto, que a escola encara esta parceria, igualmente com o objectivo de reduzir o abandono escolar. A citação que se segue exemplifica o que acabamos de dizer: - “...há pouco, quando falámos da importância das parcerias, penso que outro benefício das parcerias, outro fator importante, é o facto de também reduzir, nomeadamente, esta muitas vezes, o abandono escolar” (Professora de inglês do 2º ano do curso de manutenção). Ainda no âmbito da empregabilidade, também os três alunos referiram ser esta uma grande vantagem para eles, tendo assumido que o que mais os move para este curso, para além do gosto pelo mesmo, é garantir-lhes a empregabilidade. O aluno do 3º ano do curso referiu: - “Tem um bom futuro este curso, é garantido. Logo que acabamos o curso temos garantido logo emprego” e, acrescentou: -“...tem vantagens, como já falámos, o emprego garantido é uma vantagem, é uma motivação para um estudante [...] Nuns casos acaba o curso e depois, o que é que vou fazer depois do curso?

Discursos idênticos a estes foram transversais aos três alunos⁸. Como podemos verificar, a garantia de empregabilidade faz parte dos objetivos dos alunos e coaduna-se com o seu perfil, ou seja, muito motivados para o curso e para o emprego na área de técnico de manutenção industrial.

Realce-se que o termo empregabilidade surgiu num panorama de crise, fruto da globalização e da abertura dos mercados transnacionais e nacionais. Esta situação deu origem a grandes transformações na sociedade e, também nas empresas, nomeadamente dando lugar a modificações de modernização dos seus sistemas de produção. Como já fizemos saber na revisão da literatura, tais mudanças prenderam-se com a aposta nas tecnologias (Castells, 1999), com o aumento da qualificação e, com a aquisição de competências dos trabalhadores nas empresas (Kovács, 2002, 2005), em suma, com o enfrentar de desafios à nova realidade do mercado, quer por parte das empresas, quer por parte dos trabalhadores. Alves (2009), salienta o facto de nem sempre o uso de palavras como esta (empregabilidade), serem entendidas de uma forma que corresponde ao seu verdadeiro sentido, alertando para o uso vulgarizado da expressão. Na verdade, também nós perspetivamos alguma maleabilidade no uso do termo, embora no nosso estudo concreto, o referido conceito surja sempre ligado ao trabalho e a “emprego garantido”, como se verificou nos exemplos apontados. De destacar, ainda, a fácil adaptação aos diferentes contextos (escolar e empresarial), que os alunos revelaram. “É como se fosse... aqui temos de nos adaptar aos colegas, lá adaptamo-nos ao trabalhador” (Aluno do 3º ano do curso). Para além das características a que aludimos, acrescente-se que são alunos que privilegiam um conhecimento muito ligado à parte prática, embora recetivos à parte teórica, mas quando esta está articulada com a parte prática. Este ponto, merece críticas por parte dos alunos, nomeadamente quando comparam a formação adquirida na escola e na empresa, levando-os ao ponto de confundirem o funcionamento da parceria com o modo como a ligação teoria-prática é feita na escola e na empresa. Também a cultura de avaliação é salientada pelos responsáveis pela formação na empresa e pela totalidade dos alunos. Quanto a estes (alunos) valorizam especialmente aquela que é realizada em contexto de trabalho. Por exemplo, quando questionados: - Como se processa a avaliação? Os alunos valorizam a forma como são avaliados na empresa, nomeadamente por entenderem a importância de uma avaliação que abranja todas as

⁸ Por uma questão de espaço do artigo reduzimos o número de citações.

áreas, como se pode verificar: - “Por cada área que passamos, nós somos avaliados” (Aluno 2º ano do curso). Também a aluna (3º ano do curso) se pronuncia sobre o modo como se processa a avaliação, depreendendo-se, através dos seus comentários, ser uma avaliação rigorosa e que toca competências que se prendem com responsabilidade e cumprimento de tarefas e de atitudes, como se verifica neste pequeno excerto: - “Nós não podemos dar um passo em falso”. Na nossa ótica sobressai a ideia da importância que a avaliação tem para estes alunos, bem como o facto de serem conhecedores dos critérios dessa mesma avaliação, o que poderá ter um efeito positivo no modo como encarar o trabalho futuramente. Segundo os alunos evidenciaram, a avaliação feita na empresa pelos *team leaders* “tem a ver tanto com a parte de aprendizagem como a parte da pessoa” (Aluna do 3º ano do curso).

Nota conclusiva

Como nota conclusiva do presente artigo salientam-se alguns traços que nos parecem dignos de um maior realce, embora a maior parte deles já tenha sido evidenciada. Pese embora as diferenças dos casos estudados, face à especificidade de cada um, os resultados mostram a existência de algumas situações coincidentes. Assim, todos os participantes no estudo, quer do caso 1, quer do caso 2 são unânimes em referir as vantagens das parcerias interpretando-as como verdadeiros agentes de mudança. Na verdade, o nosso estudo revelou transformações substanciais nas organizações analisadas (escolas e empresas) bem como nos atores envolvidos no trabalho em parceria. Algumas dessas transformações prenderam-se com modificações na gestão dos recursos humanos quer nas escolas, quer nas empresas, tendo dado lugar a alterações na estrutura das organizações e no papel desempenhado pelos atores, nomeadamente com mudanças nas práticas pedagógicas, entre outras. Para além destas, sobressaiu a ideia de que a relação escola-empresa em contexto de parceria no âmbito da formação de adultos e de jovens, ajuda a fomentar a aprendizagem ao longo da vida, aumentando e melhorando oportunidades de aprendizagem e de motivação nos formandos e nos alunos. Também o interesse na obtenção do 12º ano ou equivalente são características comuns aos dois casos, embora o meio e, o método para o alcançar tenham sido diferentes. No caso 1, o processo RVCC foi o meio utilizado para alcançar o 12º ano, privilegiando momentos de reflexão que os formandos fazem sobre as suas histórias de vida e a elaboração de instrumentos de reflexão através do *portfolio*, ou *e-portfolio*.

No caso 2, a parceria desenvolveu oportunidades de aprendizagem em dois contextos diferentes - escola e empresa e o meio foi através de um curso profissional em situação de estágio.

Algumas sugestões para estudos futuros

Tendo como fundamento os resultados da investigação no seu conjunto, evidenciamos a seguir algumas sugestões que, na nossa perspectiva, ajudariam a desenvolver a relação escola-empresa no âmbito da formação de adultos e de jovens. Na linha de continuidade preconizada por Rui Canário (2008) corroboramos com o autor de que se justificam mais estudos na área da educação, embora, na nossa perspectiva, mais centrados na ligação da escola ao trabalho em cooperação com empresas, quer no âmbito dos estágios profissionais, quer no da educação e formação de adultos. Igualmente poderia ser importante analisar os efeitos da ligação escolas e empresas. Ainda na mesma linha da relação escola e empresa, investigações que privilegiassem o contexto social e as ofertas de emprego, através de um levantamento das necessidades sentidas pelo tecido empresarial da comunidade e da zona envolvente. Também, na nossa ótica, estudos que contemplassem uma maior rede de parceiros que apostem no desenvolvimento de programas de educação e formação de adultos e de jovens, a trabalhar em parceria com outras instituições de ensino superior, nomeadamente, com institutos politécnicos e universidades, poderia também ser uma boa opção de estudo. Igualmente, e, partilhando a ideia de Alves e Varela (2012) pensamos que seria importante estudar os tempos e espaços dedicados aos momentos de transição da escola para o trabalho, nomeadamente no momento de conclusão do 12º ano, sendo que, entendemos, quando sujeitos a longos períodos de espera, podem provocar momentos de tensão e de angústia nos atores. Também o desenvolvimento de pesquisas que se dediquem a estudar a melhor forma de melhorar e atualizar a informação entre escolas, autarquias, ministério da educação e entidades reguladoras, ou outras, em tempo real, poderia ser uma mais-valia. Na nossa perspectiva, o recurso ao trabalho em rede, poderá ser uma forma de obter informação atualizada e de facilitar a vida a investigadores e a todos aqueles que se interessam por estudos no âmbito da educação, das ciências sociais e humanas, entre outros. Por fim, na nossa perspectiva, justificavam-se estudos sobre os efeitos que a ciência baseada nas tecnologias da informação, a globalização, a crise ecológica e a individualização, tiveram e, ainda têm, para o futuro do trabalho. As indicações que acabamos de referir podem estabelecer pontos de partida

para o desenvolvimento de estudos futuros, no âmbito da formação de adultos e de jovens em contexto de parceria.

Referências bibliográficas

- Alves, M. (2010). *Aprendizagem ao longo da vida e políticas educativas europeias: Tensões e ambiguidades nos discursos e nas práticas de estados, instituições e indivíduos*. Óbidos: Várzea da Rainha Impressores, S.A.
- Alves, M. & Varela, T. (2012). Construir a relação escola-comunidade educativa: Uma abordagem exploratória no concelho de Almada. Universidade Nova de Lisboa. In: *Revista Portuguesa de Educação*, 2012, 25 (2), pp. 31-61. CIED Universidade do Minho.
- Alves, N. (2008). *Juventudes e inserção profissional*. Lisboa: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação. Universidade de Lisboa.
- Beauchaire, J. (2006). *Psicopedagogia: Trabalhando competências, criando habilidades. (2ª ed.)*. Rio de Janeiro: WAK Editora.
- Beck, U. (1992). *Risk society: Towards a new modernity. (Theory, Culture & Society Series)*. London: Sage Publications.
- Beck, U. (2010). *The brave new world of work*. U.K.: Cambridge.
- Beck, U., Giddens, A., Lash, S. (2000). *Modernização Reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. (trad.). Oeiras: Celta Editora.
- Cabrito, B. (1994). *Formações em alternância: Conceitos e práticas*. Lisboa: Universidade de Lisboa.
- Canário, R. (1994) ECO: Um processo estratégico de mudança. (In: Espiney, R. e Canário, R. (1994). *Uma escola em mudança com a comunidade*. Projecto ECO, 1986-1992. *Experiências e reflexões*. Lisboa: IIE.
- Canário, R. (2008). Educação de adultos: Um campo e uma problemática. (7). Lisboa: Educa.
- Canário, R. e Cabrito, B. (2008) (Org.). *Educação de adultos: Mutações e convergências*. (11). Lisboa: Educa.
- Carneiro, R. (2010). (Coord.). *Iniciativa novas oportunidades: Resultados da avaliação externa (2009-2010)*. Lisboa: Agência Nacional para a Qualificação, I.P.
- Carrilho, T. (2008). Conceito de parceria: três projectos locais de promoção de emprego. *Análise Social*. [online]. (186: pp. 81-107).
- Castells, M. (2005). *A era da informação: economia, sociedade e cultura (Vol. I). A sociedade em rede*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Epstein, J. L. & Sheldon, S. B. (2006). Moving forward: Ideas for research on school, family, and community partnerships. (Pp. 117-137). In: C. F. Conrad & R. Serlin (Eds.) *SAGE Handbook for research in education: Engaging ideas and enriching inquiry*. Thousand Oaks, CA: Sage Publications.
- Estaço, I. (2001). *A escola, as parcerias e a mudança: Teoria e prática. Contributo de um estudo empírico*. Évora: Universidade de Évora (Dissertação de mestrado).
- Estivil, J., et al. (1994). *Partnership and the fight against exclusion*. Bruxelas: European Union.
- Freire, J. e Pereira de Almeida, P. (Orgs.) (2010). *Trabalho Moderno, tecnologia e organizações*. Porto: Edições Afrontamento.
- Giddens, A. (2000). *O mundo na era da globalização*. (trad.). Lisboa: Editorial Presença.
- Giddens, A., Beck, U., Lash, S. (2000). *Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. Oeiras: Celta Editora.

Kovács, Ilona (2003), “Trabalho e cidadania na sociedade da informação”. In APSIOT: *Organizações e Trabalho*, nº 29-30, pp. 9-24.

Pires, A.L.O. (2008). Dinâmicas de educação/formação ao longo da vida. A perspectiva dos pós-graduados no ensino superior. (6) In: Alves, M.G., Cabrito, B.G., Lopes, M.C., Martins, A., Pires, A.L. (2010). *Universidade e formação ao longo da vida*. Lisboa: Celta Editora.

Rodrigues, F., Stoer, S. (1998). *Entre parcerias e parceria: Amigos, amigos, negócios à parte*. Oeiras: Celta Editora.

Serrano, M. M. e Urze, P. (Coords.), (2015). *Inovação, organizações e trabalho- Estudos de caso*. Lisboa: Sílabo.

Stake, R.E. (2009). (2ª ed.). *A arte da investigação com estudos de caso*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Vala, J. (2003). A Análise de Conteúdo. In: A. S. Silva, & J. M. Pinto (Orgs.), 12ª ed. (2003). *Metodologia das ciências sociais* (pp. 101-128). Porto: Edições Afrontamento.